

Investigação Científica nas Ciências Humanas 4

**Marcelo Máximo Purificação
César Costa Vitorino
Emer Merari Rodrigues
(Organizadores)**

**Atena**
Editora
Ano 2020

Investigação Científica nas Ciências Humanas 4

**Marcelo Máximo Purificação
César Costa Vitorino
Emer Merari Rodrigues
(Organizadores)**

**Atena**
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Posaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

162 Investigação científica nas ciências humanas 4 [recurso eletrônico] /
 Organizadores Marcelo Máximo Purificação, César Costa
 Vitorino, Emer Merari Rodrigues. – Ponta Grossa, PR: Atena,
 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-62-1
 DOI 10.22533/at.ed.621201903

1. Ciências humanas. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Vitorino, César Costa. III. Rodrigues, Emer Merari.

CDD 300.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil

APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores é com grande satisfação, que fazemos chegar até vocês mais um volume da Coleção Investigação Científica nas Ciências Humanas. Uma obra, com temas atuais e diversos, que gravitam e estabelecem liames com a dialética da Humanidade. Nesse contexto, as experiências vivenciadas em universidades e a própria trajetória social do homem, acabam sendo ingredientes de fortalecimento do pensar na Área das Humanidades. Praticizar o ato de pensar e interpretar nunca foi tão importante, quanto nos dias atuais. A conjuntura social ao qual vivemos hoje, exige de nós, posicionamentos e constantes reconstituições das contexturas sociais. Por isso, revisitar o passado, discutir o presente e planejar o futuro, são ações extremamente importantes aos estudantes e pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

A obra está facilmente organizada em dois eixos temáticos. O primeiro, estabelece diálogos com práticas significativas, traz nas discussões modelos de estratégias pedagógicas que vão dos jogos analógicos à escuta sensível, pontuando experiências de novas e paradigmas desenvolvidos nos contextos de sala de aula nos mais diferentes níveis de ensino. Sinaliza para importância das tecnologias e do diálogo interdisciplinar para formação do indivíduo.

O segundo eixo, traz aspectos significativos para uma boa reflexão nas Ciências Sociais Aplicadas. De forma (in) direta promove a (inter) ligação dialógica que perpassa por Leis; Políticas Públicas; Cooperativismo; Desenvolvimento Social; Religiosidade; Cultura; Saúde e etc. Um eixo, com forte inclinação e possibilidades de integração com os processos educacionais. Desse modo, a coletânea de textos desta obra, se estabelece como um convite à reflexão e às interfaces de olhares de pesquisados e estudiosos que desenvolvem suas investigações Científicas na Ciências Humanas.

Com isso, desejamos a todos, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
César Costa Vitorino
Emer Merari Rodrigues

CAPÍTULO 1	1
APROXIMANDO UNIVERSIDADE E ESCOLA ATRAVÉS DO DIÁLOGO E PRÁTICAS SIGNIFICATIVAS NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA	
Márcia Rejane Scherer	
DOI 10.22533/at.ed.6212019031	
CAPÍTULO 2	7
INCLUSÃO E ENSINO DE CIÊNCIAS: UMA ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DA ESCUTA SENSÍVEL NO CONTEXTO DA SALA DE AULA	
Isabella Guedes Martinez	
Elias Batista dos Santos	
Ricardo Gauche	
DOI 10.22533/at.ed.6212019032	
CAPÍTULO 3	16
DESLOCAMENTOS EM PESQUISAS NO CAMPO DAS CIÊNCIAS HUMANAS	
Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos	
Naiara Gracia Tibola	
Daniela Gomes Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.6212019033	
CAPÍTULO 4	25
O USO DA ROBÓTICA EDUCACIONAL COMO APRIMORAMENTO NO ENSINO DA MATEMÁTICA COM ALUNOS DE ENSINO FUNDAMENTAL EM LÁBREA – AM	
Fabiann Matthaus Dantas Barbosa	
Kelren da Silva Rodrigues	
Rafael Carvalho de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6212019034	
CAPÍTULO 5	34
PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO ESCOLAR	
Kaio Anderson Fernandes Gomes	
Josenildo Santos de Sousa	
Francisnaine Priscila Martins de Oliveira	
Ednardo Arcanjo Garrido	
DOI 10.22533/at.ed.6212019035	
CAPÍTULO 6	41
UTILIZAÇÃO DE JOGOS ANALÓGICOS COMO POSSIBILIDADE DE APRENDIZAGEM NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Elias Batista dos Santos	
Wellington dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6212019036	

CAPÍTULO 7	52
A IMPORTÂNCIA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO DOS JOVENS BRASILEIROS	
Morgana Patrícia Webers Bonfanti Mateus Pediriva Nelci Lurdes Gayeski Meneguzzi	
DOI 10.22533/at.ed.6212019037	
CAPÍTULO 8	59
A NATUREZA EM KANT: CONFLITO, GUERRA E SOCIABILIDADE	
Franciscleyton dos Santos da Silva Zilmara de Jesus Viana de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.6212019038	
CAPÍTULO 9	71
A PSICANÁLISE E O DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR: ALGUMAS DISCUSSÕES	
Grazielle Luiza Barizon Scopel Gerbasi Paulo José da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.6212019039	
CAPÍTULO 10	82
O GOOGLE SALA DE AULA E A SIMULAÇÃO “O CASO DO REBANHO DE JACÓ”: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM DOS CONCEITOS DE GENÉTICA	
Marisa Inês Bilthauer Dulcinéia Ester Pagani Gianotto	
DOI 10.22533/at.ed.62120190310	
CAPÍTULO 11	100
IDENTIDADE PESSOAL EM PAUL RICOEUR: A HERMENÊUTICA DO SI E A DIALÉTICA <i>IDEM-IPSE</i>	
Janessa Pagnussat	
DOI 10.22533/at.ed.62120190311	
CAPÍTULO 12	111
ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE ENSINO COLABORATIVO NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA	
Fernanda Aparecida dos Santos Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.62120190312	
CAPÍTULO 13	124
BREVÍSSIMA HISTÓRIA DA FITA CASSETE E OUTROS MODOS DE REPRODUÇÃO MUSICAL	
Enio Everton Arlindo Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.62120190313	

CAPÍTULO 14	134
COLEÇÃO AMAZONIANA DE ARTE: O ENTRELACE ENTRE ARTE, MODA E MUSEOLOGIA	
Moema Correa Marcela Cabral Orlando Maneschy	
DOI 10.22533/at.ed.62120190314	

PARTE II - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA

CAPÍTULO 15	144
A APROPRIAÇÃO TERRITORIAL NO SÍTIO HISTÓRICO URBANO (SHU) 'RUA DO PORTO' EM PIRACICABA - SP	
Marcelo Cachioni Maira Cristina Grigoletto Juliana Binotti Pereira Scariato	
DOI 10.22533/at.ed.62120190315	

CAPÍTULO 16	157
DA CANA AO MELADO: OS SABORES E A FESTA DO MELADO COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA CIDADE DE CAPANEMA -PR	
Thais Naiara Prestes Fernanda Cordeiro De Faust	
DOI 10.22533/at.ed.62120190316	

CAPÍTULO 17	165
LEGISLAÇÕES RELACIONADAS À FORMAÇÃO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO (EST)	
Marcela de Lima Magalhães Adriana Maria Tonini	
DOI 10.22533/at.ed.62120190317	

CAPÍTULO 18	179
IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE MATERIAIS TÊXTEIS DO SÉCULO XIX DE UM TRAJE DO GRUPO FOLCLÓRICO DA CORREDOURA EM PORTUGAL	
Ronaldo Salvador Vasques Fabrício de Souza Fortunato Márcia Regina Paiva de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.62120190318	

CAPÍTULO 19	187
MEDIÇÕES DE RADIAÇÕES IONIZANTES E CHUVAS NA REGIÃO TROPICAL DO BRASIL – DINÂMICA NOS TEMPOS	
Inácio Malmonge Martin Marcelo Pego Gomes Rodrigo Rezende Fernandes de Carvalho Rafael Augusto Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.62120190319	

CAPÍTULO 20 194

O PAPEL DA COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU PARA O DESENVOLVIMENTO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DE PINHALZINHO – SC

Patricia Ines Schwab
Juliana Capelezzo
Karine Cecilia Finatto Begnini
Maiara Zamban Linhares
Leani Lauermann Koch

DOI 10.22533/at.ed.62120190320

CAPÍTULO 21 211

OS MARIANOS E O APOSTOLADO DA ORAÇÃO NA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO CARMO EM PARINTINS, AMAZONAS

Rosimay Corrêa
Iraíldes Caldas Torres

DOI 10.22533/at.ed.62120190321

CAPÍTULO 22 226

PAISAGEM URBANA: A INFLUÊNCIA ESPANHOLA NA CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO/SE

Rafael Henrique Teixeira-da-Silva

DOI 10.22533/at.ed.62120190322

CAPÍTULO 23 239

POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA PARA O MEIO AMBIENTE: ENFOQUE NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, EMISSÃO E REMOÇÃO DE GASES DO EFEITO ESTUFA NO ESTADO DO PARANÁ

Luciana Virginia Mario Bernardo
Maycon Jorge Ulisses Saraiva Farinha
Zelimar Soares Bidarra
Adelsom Soares Filho
Vanderson Aparecido de Sousa
Mauro Sérgio Almeida Lima

DOI 10.22533/at.ed.62120190323

CAPÍTULO 24 252

APTIDÃO FÍSICA RELACIONADA AO TRABALHO DO POLICIAL MILITAR DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Jhony Wilson Youngblood
Mario Picetskei Júnior
Rafael Gomes Sentone

DOI 10.22533/at.ed.62120190324

CAPÍTULO 25 263

A FORMAÇÃO DE UM INTELLECTUAL

Vanderlei Souto dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.62120190325

CAPÍTULO 26	268
<i>A FALA DO HUNSRICK NO COTIDIANO DAS COMUNIDADES TEUTO-BRASILEIRAS: UM PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTA MARIA DO HERVAL (RS)</i>	
Liane Marli Führ Maria Ines Dapper Fröhlich Daniel Luciano Gevehr	
DOI 10.22533/at.ed.62120190326	
CAPÍTULO 27	282
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA EVACUAÇÃO AEROMÉDICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Clarissa Coelho Vieira Guimarães Beatriz Gerbassi de Aguiar Costa Fábio José de Almeida Guilherme Luiz Alberto de Freitas Felipe Vanessa Oliveira Ossola da Cruz Liszety Emmerick Gicélia Lombardo Pereira Maristela Moura Berlitz Michelle Freitas de Souza Chezza Damiã Ricchezza Rachel de Lyra Monteiro Ré Letícia Lima Borges	
DOI 10.22533/at.ed.62120190327	
CAPÍTULO 28	289
AS REGIÕES METROPOLITANAS DE ALAGOAS: SIGNIFICADOS E REALIDADES DIVERSAS	
Cícero dos Santos Filho Paulo Rogério de Freitas Silva Juliana Costa Melo	
DOI 10.22533/at.ed.62120190328	
SOBRE OS ORGANIZADORES	303
ÍNDICE REMISSIVO	305

PAISAGEM URBANA: A INFLUÊNCIA ESPANHOLA NA CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO/SE

Data de aceite: 16/03/2020

Data de Submissão: 10/12/2019

Rafael Henrique Teixeira-da-Silva

Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do lazer – UFMG.

Doutor em Geografia Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

EEFFTO - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional

E-mail: rafahts@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1746191867559762>

RESUMO: O presente trabalho apresenta neste trabalho um debate sobre questões históricas da formação da paisagem urbana da cidade de São Cristóvão/Sergipe. Eleita como Patrimônio Mundial em 2010 pela UNESCO, um dos argumentos centrais para sua inscrição na Lista de Patrimônio Mundial foram justamente as características da urbanização espanhola, presentes em sua fundação e florescimento e ainda encontradas nos dias de hoje. Tal concepção foi perpetuada pelos documentos apresentados na candidatura e na resolução final da inscrição, que defendiam a ideia de que a formação da Praça de São Francisco estaria de acordo com as “Ordenações Filipinas”. Nesse sentido, procurou-se explorar os fundamentos acadêmicos para esta alegação,

aproximando-se da noção de que a influência espanhola é evidente, porém não nos padrões clássicos apresentados. A estrutura do trabalho perpassa brevemente pelas características de urbanização colonial portuguesa e espanhola e evidencia algumas das principais influências do período da União Ibérica. Posteriormente são indicadas as tipologias das formas urbanas das antigas províncias espanholas na América e comparadas com as particularidades encontradas em São Cristóvão.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio; Sergipe; São Cristóvão; Praça São Francisco.

URBAN LANDSCAPE: THE SPANISH INFLUENCE IN THE CITY OF SÃO CRISTÓVÃO

ABSTRACT: This paper presents a debate on historical issues about the formation of the urban landscape of the city of São Cristóvão/Sergipe. Elevated as a World Heritage Site in 2010 by UNESCO, one of the central arguments for its inscription on the World Heritage List was precisely the characteristics of the Spanish urbanization, present in its foundation and flourishing and still found today. This conception was perpetuated by the documents presented in the application and in the final resolution of the inscription, which defended an idea that the formation of San Francisco Square was built

according to the “Laws of the Indies”, decreed by King Philip II in 1573. In this sense, we sought to explore the academic foundations for this claim. Thus it is believed that the Spanish influence is evident, but not in the classical patterns presented. The structure of the work briefly permeates the characteristics of Portuguese and Spanish colonial urbanization and highlights some of the main influences of the Iberian Union period. Subsequently, the typologies of the urban forms of the ancient Spanish provinces in America are indicated and compared with the particularities found in São Cristóvão.

KEYWORDS: Cultural Heritage; Sergipe; São Cristóvão; São Francisco Square.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende discutir questões históricas relacionadas à formação da paisagem urbana na cidade de São Cristóvão-Sergipe. Nesse sentido, percorrer-se-á os acontecimentos históricos mais relevantes e o processo de configuração do patrimônio e da paisagem urbana até a contemporaneidade. Alguns fatos que justificariam a utilização do conceito de paisagem enquanto grelha de análise do patrimônio, se devem ao motivo deste ser considerado enquanto manifestação ilustre da multidimensionalidade dos fenômenos humanos e sociais, sejam eles temporais ou espaciais. Segundo Besse (2014, p. 40) “a paisagem *evidencia* [...] a experiência sensível da Terra como espaço aberto, espaço a ser percorrido e descoberto”. Por esse ângulo, a paisagem é uma abertura à um modelo de pensamento capaz de compreender a complexidade da realidade e associar diferentes disciplinas contemporâneas.

Pautado nas premissas expostas acima, o primeiro item ficou à cargo da fundação da capitania e dos obstáculos iniciais encontrados para a conquista do território sergipano. Levando em consideração que as características da organização sociopolítica de cada Estado são reverberadas nas instituições coloniais por estas geradas, tencionou-se no ponto seguinte, verificar as consequências predominantes da União Ibérica refletidas no Brasil e, sobretudo, em São Cristóvão, que teve sua natividade e florescimento durante o período referido. A importância de abordar em pormenores o período da União Ibérica, está intrinsecamente ligada à conjuntura que fundamentou, em grande parte, a eleição da Praça São Francisco como patrimônio mundial.

Tendo em conta que a atual configuração do território brasileiro foi resultado de um longo processo de conquista territorial, buscou-se salientar a defesa da região contra invasões holandesas, expondo também as particularidades que levaram a elevação de Sergipe a capitania independente, período no qual são edificadas as principais construções religiosas da localidade.

Finalmente, destacou-se a produção fragmentada da cidade, devido à chegada

da linha férrea e à instalação das fábricas de tecido no município, além do declínio econômico relacionado à mudança da capital para Aracaju. Para então, debruçar-se sobre a institucionalização do patrimônio cultural da cidade. nesse sentido, o caminho escolhido foi o de detalhar os acontecimentos que levaram a nomeação da Praça São Francisco como patrimônio mundial e os aspectos culturais mais marcantes da cidade.

2 | FUNDAÇÃO E PRIMEIROS ANOS

O território sergipano compreendia, inicialmente, o trecho que se estendia da barra do Rio São Francisco à ponta da Bahia de Todos os Santos. Essa área que compunha previamente a Capitania da Bahia, foi doada por D. João III à Francisco Pereira Coutinho em 5 de abril de 1534 (FREIRE, 1977). O hiato de mais de trinta anos, da chegada dos portugueses até o início da colonização, deve-se ao foco lusitano no comércio das Índias. Com a morte do donatário, o direito de posse da Capitania foi herdado pelo seu filho, Manuel Pereira Coutinho, que pela insuficiência de recursos para administrá-la acabou por devolver o título de propriedade à Coroa portuguesa. Foi constituída assim, a capitania de Sergipe del Rei, que teve sua conquista realizada por ordem régia e às custas da coroa.

A iniciativa da Coroa portuguesa, de ocupar esta área entre as capitanias de Pernambuco e Bahia, pautava-se na necessidade de apoderar-se e dar uma finalidade às terras conquistadas mas, sobretudo, de interligar geograficamente dois fundamentais núcleos produtores de cana de açúcar do século XVI. Outros fatores que influíram na colonização do território sergipano foram a proteção da colônia às margens dos Rios Itapicuru e Real, a obtenção de mão-de-obra barata e a ocupação das pastagens que visavam atender a expansão dos rebanhos de gado.

Pulverizada toda resistência autóctone, levantou-se um forte junto à foz do rio de Sergipe, atual Cotinguiba, sobre o istmo que forma com o desague do rio Poxim, onde é estabelecido um arraial que se deu o nome de São Cristóvão. Devido a inúmeros motivos que serão explicitados posteriormente, a cidade mudou de localização duas vezes. Em um segundo momento, em virtude das condições topográficas, que prejudicavam a proteção da cidade e de seus habitantes, houve a necessidade de encontrar uma nova sede à outra margem do rio.

No prelúdio do século XVII, inicia-se na capitania a cultura canavieira, impulsionada pela fertilidade das terras banhadas pelo Cotinguiba. Nesta altura, toda estrutura político-administrativa seguia naturalmente as determinações relacionadas nas Ordenações Filipinas. Em 1607 ocorre a derradeira mudança da sede da capitania a quatro léguas adentro do rio Vaza-barris, na confluência com o Rio Paramopama, local onde a cidade se encontra até os dias de hoje. Apesar

das tentativas da metrópole em proibir a formação de grandes potentados, Sergipe del Rei não fugiu à regra do restante da colônia, sendo constatada a formação de propriedades rurais de larga extensão, que se acumularam nas mãos de poucos proprietários, que viriam a exercer forte influência da vida política-administrativa de acordo com seus interesses pessoais (NUNES, 2006).

3 | UNIÃO IBÉRICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

No período de 1580 a 1640, ocorre a “União Peninsular”, fato que viria a transformar o destino do Brasil e em especial o de São Cristóvão. O que nos interessa sobre a temporada dos três Filipes no Brasil – para além da influência espanhola na política colonial – é saber quais foram as principais consequências da unificação na política de colonização e seus reflexos na formação paisagística de São Cristóvão.

Ao aludir alegoricamente às imagens do *semeador* e do *ladrihador*, Sérgio Buarque de Holanda (2014) expõe sua compreensão sobre algumas das diferenças basilares da colonização e urbanização portuguesa e espanhola na América. Para o autor, ao prezar pela comunicação marítima, a colonização lusitana possuía caráter agrícola e era concentrada na faixa litorânea, enquanto seu modo de urbanização não seria parte de nenhuma elaboração mental complexa. Assim, os núcleos urbanos iam esparramando-se ao léu, sem rigor nem método, arranjando as ruas e casas segundo o capricho dos habitantes e as obstruções do relevo. Buarque de Holanda acreditava que diferentemente da portuguesa, a colonização castelhana distanciava-se do litoral, optando pelos interiores e planaltos, em busca de proteção e amenidades climáticas. Quiçá motivado pela carência de uma unidade em seu próprio território, teria existido um cuidado minucioso que conduziu o estabelecimento das cidades espanholas na América, de modo a avalizar a soberania política, econômica e militar das terras conquistadas. Desse modo, o autor acredita que os espanhóis não se subjugaram às tortuosidades morfológicas, compelindo o traçado retilíneo – quase como uma construção demiúrgica – características das primeiras cidades “abstratas” construídas em nosso continente (HOLANDA, 2014).

Questão bastante inadequada e reducionista constitui a oposição de cidade colonial portuguesa negligente versus cidade colonial espanhola metódica e planificada (DURÁN ROCCA, 2002), apresentada por Sérgio Buarque de Holanda. Uma perspectiva sobre o caráter ensaístico do capítulo “O semeador e o ladrihador”, se deve ao fato deste não se tratar de um verdadeiro estudo das cidades brasileiras (BUENO, 2012). A ideia de falta de planejamento nas cidades coloniais portuguesas foi igualmente difundida pelo historiador da arte Robert Chester Smith, em uma série de publicações onde não houve um estudo sistemático do tema, mas sim a

continua repetição de lugares-comuns. O fato é que até a segunda metade do século passado estudos sobre a história da urbanização e do urbanismo eram praticamente inexistentes. Este quadro vai sendo modificado a partir dos anos 1950, tendo como principal expoente dos estudos da urbanização brasileira Nestor Goulart Reis Filho. Este arquiteto e professor de história e teoria da urbanização e do urbanismo descontrói a convicção arcaica de que não existiam projetos urbanísticos e nenhuma política administrativa portuguesa orientada para a constituição do sistema urbano colonial.

Como é possível depreender de suas leituras, Reis Filho (2000b, p. 1) assegura categoricamente:

- 1) que havia projetos urbanísticos no Brasil desde os primeiros tempos da colonização;
- 2) que os padrões desses projetos variaram no tempo, e que portanto é importante que façamos uma história desse urbanismo, para conhecer suas diversas modalidades e compreender melhor o presente;
- 3) que existiam quadros profissionais para a realização dos projetos urbanísticos e desses desenhos, os chamados engenheiros militares;
- 4) que esses profissionais tinham um bom nível de formação.

Neste ínterim, tendo em conta que o corpo técnico responsável pela construção de vilas e cidades era unificado, pode-se dizer que todas as cinco cidades e dezoito vilas fundadas ao longo dos sessenta anos de unificação das coroas, acabaram por receber, em maior ou menor grau, influência das normas espanholas. Portanto, é difícil falar estritamente em divergências entre a política urbana portuguesa e espanhola, ao ter em mente que o núcleo urbano surge na América com o objetivo de sustentar o sistema de exploração colonial. Possivelmente o tom mais adequado às variações na política urbana portuguesa e espanhola estaria celebrado na concepção das normas que orientavam os dois casos. Enquanto Portugal prescrevia regulamentos particulares para cada situação, compreendidos nas Cartas Régias, a Espanha teceu um único corpo legislativo, as Ordenações de Povoações de Felipe II, também conhecidas como “Código Filipino”.

A despeito do maior refinamento da urbanização espanhola na América, torna-se inegável o reconhecimento de uma política portuguesa iniciada a partir do projeto urbanístico de Salvador (REIS FILHO, 1968), em 1549, inclusive bem anterior às Ordenações Filipinas publicadas em 1573. Deve-se mencionar também que apesar de seu pragmatismo meticuloso, nenhuma cidade americana colocou em prática todos os 148 parágrafos ou normas das Ordenações. Por fim, reitera-se que ambos países ibéricos apresentaram tanto modelos de urbanização espontâneos quanto modelos planejados, sendo que a principal desconformidade entre os dois paradigmas estaria contida em diferenças no dinamismo da economia colonial. A

portuguesa direcionada para o campo e a espanhola centrada na cidade.

De início foi definido que independentemente da união das Coroas, seriam mantidas as porções de territórios pertencentes a cada império. Esta resolução não impediu os espanhóis de invalidar as Ordenações Manuelinas, ao subjugar toda América colonial aos princípios firmados nas Ordenações Filipinas. A marca hispânica foi impressa na localização e multiplicação das povoações, bem como na maneira em que se desenvolveram anos depois (Wright e Mello, 1972).

Sobre a arquitetura colonial desta época, Santos (1993) ressalta a mestiçagem de povos, técnicas e costumes, indispensáveis para o seu desenvolvimento e para a reprodução da hispanidade presente em todas as fortificações das principais praças brasileiras. No campo da cultura, pode-se dizer que o legado espanhol já existia previamente à união, devido ao processo desencadeado pelo diglotismo existente na Península Ibérica. O intercâmbio linguístico foi sentido na Espanha, em especial até o ano da unificação. Já em Portugal, o gosto pelo castelhano se arrastou ao longo dos séculos XV e XVI, sendo interrompido somente quando o país lusitano recupera sua independência.

O legado deixado pelas seis décadas de unificação revela mudanças, acima de tudo, na orientação da colonização. Temos de convir que a penetração do interior, assim como a transposição e conquista do Nordeste, com a derradeira expulsão dos franceses, foram conquistas que seguiam a política espanhola da época, assim como a abertura de caminhos internos e a multiplicação das cidades. Os desígnios políticos do período dos três Filipes constataram a necessidade de posse efetiva do território brasileiro, mormente, da criação de encadeamentos com o Nordeste e o Norte. Uma nova feição administrativa foi moldada no quadro geral da colônia, transformando drasticamente o elemento humano e a paisagem da colonização (Wright e Mello, 1972).

4 | CARACTERÍSTICAS DA URBANIZAÇÃO COLONIAL EM SÃO CRISTÓVÃO

Delineados alguns aspectos da política colonial sob o contexto da União Ibérica, percebeu-se a necessidade de evidenciar as particularidades do modo de urbanização português e espanhol, sendo que ambas características se encontram presentes na formação da paisagem de São Cristóvão. A partir de uma contradição encontrada ao confrontar o Dossiê de Candidatura da Praça São Francisco a Patrimônio Mundial (GOVERNO DE SERGIPE, 2006) com o Plano Urbanístico de São Cristóvão, que empreendemos uma compreensão pormenorizada da influência portuguesa e espanhola na formação da paisagem urbana da cidade.

Em ambos documentos da proposição, no dossiê e no anexo III, defende-se a ideia de que a formação da Praça de São Francisco estaria de acordo com as

ordenações e resoluções urbanas espanholas, devido às suas proporções – 51 m de largura por 73 m de comprimento – e pelo fato dela dar origem à quatro ruas principais e três ruas secundárias, teoricamente provenientes de suas esquinas. Essa hipótese é outorgada pelo documento de nomeação da UNESCO (2008).

Sem demora, passamos à descrição contida no Plano Urbanístico de São Cristóvão, o qual afirma que a construção do Convento de São Francisco e, conseqüentemente, da Praça, marcam definitivamente o eixo principal da composição urbana da cidade. Segundo o Plano Urbanístico, a manifestação de um amplo espaço aberto em franca comunicação com a Praça da Matriz, seria uma clara determinação do esquema lusitano de composição urbana por meio de múltiplas praças.

Como antecipado previamente, existiu durante muitos anos a presunção por parte de alguns pesquisadores de que as cidades brasileiras teriam surgido de povoações espontâneas, sem qualquer obediência à normas ou planejamento (SMITH, 1953; 1956; HOLANDA, 2014). Tais “afirmações vulgares” (DELSON, 1997) dificultaram que novas pesquisas sobre o tema fossem realizadas.

Numa visão um tanto quanto mais comedida, Reis Filho (1968) analisa a evolução das formações urbanas no Brasil a partir do prisma da própria evolução do sistema de colonização, relacionando a política urbanizadora em simetria com as dinâmicas adjacentes deste processo. Nesse sentido, deve-se enfatizar que o funcionamento da rede urbana na conquista do território possuiu uma dimensão substancial para o êxito do empreendimento colonizador. Ao adentrar questões pertinentes à política urbanizadora colonial, Nestor Reis Filho (1968) atesta que até meantes do século XVII vigorou uma política de descentralização, na qual a responsabilidade da urbanização dos centros menores era dos donatários e colonos. Em consequência da escassez de recursos para levar a cabo a conquista e colonização, porções do território brasileiro foram *subenfeudados* à donatários, que tinha o poder de estabelecer centros urbanos, porém, não poderiam ser mais que vilas (MORSE, 1983). Por outro lado, os núcleos urbanos maiores permaneceram sob o cuidado da Coroa Portuguesa.

Impõe-se neste momento a questão da divisão de conglomerados urbanos coloniais em cidade alta e cidade baixa devido à algumas críticas que essa fragmentação recebeu em virtude de conflitos existentes entre moradores das duas áreas. Recorrente em alguns casos como o de Salvador-BA e de São Cristóvão-SE, a constatação dessa fragmentação, em cidade alta e cidade baixa, pode ter sido acentuada pelo fato de não terem sido levadas em consideração as distintas funções que cada fragmento da cidade possuía e os diferentes períodos de construção. De um modo geral, acredita-se que na maioria dos casos a cidade alta se desenvolveu num primeiro momento e atendia as necessidades de um grupo reduzido de pessoas, contendo primariamente funções militares, administrativas e de residência. Outrora,

a cidade baixa surge sob uma conjuntura absolutamente diferente, sendo o principal catalizador para seu desenvolvimento as atividades comerciais e marítimas.

A escolha de sítios elevados para erguer novos assentamentos foi uma tendência dos primeiros núcleos urbanos, graças à vantagem defensiva e o controle mais eficiente das vias de comunicação. O arruamento desses núcleos era adaptado às condições topográficas e tinham a propensão de se estruturar como ligações entre locais de maior interesse no cotidiano do lugar. Assim, uma constante no ordenamento de tais centros era a valorização das praças como pontos de grande importância. Nelas se concentravam as Casas de Câmara, os conventos e as igrejas, o que ocasionava a manutenção de espaços livres onde se realizavam atividades religiosas, cívicas, recreativas e de comércio (REIS FILHO, 1968).

Neste contexto, uma leitura que pode vir a contribuir para a melhor compreensão do modo de urbanismo português é o reconhecimento da plasticidade do traçado urbano – que não se traduzida numa conformação amorfa – mantendo estruturas e hierarquias inerentes à cidade. Nessa acepção, pode-se compreender a criação dos espaços urbanos pelos portugueses no limiar entre dois componentes, o vernáculo e o erudito. O primeiro componente, preponderante nos períodos iniciais de desenvolvimento, estaria intrinsecamente ligado às relações que o núcleo estabelece com o território e com a implementação de resoluções urbanísticas em resposta a obstáculos físicos e ambientais. O componente vernáculo traduz-se na adaptação dos percursos segundo o desenho natural do território, na escolha de locais elevados para a construção das edificações mais relevantes e no desenvolvimento de praças ou largos nos centros de articulação e convergência de vias estruturantes da malha urbana. Ao passo que o componente erudito é relativo a referências intelectuais e idealizações teóricas e urbanísticas de seus elaboradores, que acabam por se materializar, frequentemente, em traçados regulares e esquemas geometrizes.

De todo modo, prosseguimos neste instante à exposição das características da política de urbanização hispânica na América. A Espanha, assim como Portugal, encontrava-se neste período num contexto de transição entre a Era Medieval e as recentes tecnologias e conceitos que desabrocharam com a Era Moderna. Assim, inicia-se nos primeiros momentos de colonização castelhana no Novo Mundo um processo de reestruturação territorial e urbana, no qual o reinado implantou um conglomerado urbano e um sistema administrativo semelhante ao da metrópole. A sistematização de um modelo contendo ordenamentos legais e diretrizes para o processo de colonização e urbanização foram expressos nas Ordenações de Povoações de Felipe II (1573) e na Recopilação das Leis das Índias (1681).

Jorge Hardoy (1983) vem esclarecer algumas noções errôneas em relação as formas urbanas das vilas e cidades coloniais da América espanhola. O autor alega que enquanto o modelo clássico de urbanização, de traçado quadricular, prevaleceu

em cidades de maior importância, o mesmo não ocorreu nos assentamentos menores que quantitativamente constituem uma porcentagem maior do número total de fundações. O traçado regular era uma maneira de solucionar múltiplos problemas por meio da forma e da ordem, ao longo que facilitava a distribuição dos lotes e quintas entre os fundadores. Realizou-se, na verdade, uma solução prática e funcional de uma empreitada colossal, que foi a conquista e colonização.

Em um estudo detalhado sobre as cidades coloniais ibero-americanas, foi proposta a partir do traçado, da configuração e da tradição urbana ocidental, uma tipologia dos assentamentos da colonização espanhola e portuguesa. Assim, podemos dizer que a malha urbana enquanto elemento fundamental dos assentamentos urbanos possui diferentes níveis de condicionamento às determinantes locais e de regularidade geométrica, repetitividade e coordenação modular, que podem ser agrupadas em: Labirínticas; Radiais; Reticulares; Quadrículares; e Ortogonais (DURÁN ROCCA, 2002).

O modelo clássico era integrado pelo traçado de ruas perpendiculares e quadras homogeneamente quadrangulares ou retangulares. A praça principal (*plaza mayor*) era formada por um desses quarteirões sem construção, rodeada pela Igreja e pelo *Ayuntamiento* (órgão executivo do município). Dentre as variações existentes do padrão clássico existem ainda o modelo clássico com praça excêntrica próxima ao rio ou mar e o modelo clássico com praça excêntrica sem fator de atração.

A normatização utilizada pelos espanhóis para determinar o sítio e as características da praça principal definia que:

La **plaza mayor donde se ha de comenzar la población**, siendo en costa de mar, se debe hacer al desembarcadero del puerto, y si fuere lugar mediterráneo, en medio de la población: su forma en cuadro prolongada, que por lo menos tenga de largo un vez y media de su ancho, porque será mas propósito para las fiestas de a caballo y otras: su grandeza proporcionada al número de vecinos, y teniendo consideración que las poblaciones pueden ir en aumento, no sea menos, que doscientos pies de ancho y trecientos de largo, ni mayor de ochocientos pies de largo, y quinientos y treinta y dos de ancho, y quedara de mediana y buena proporción, si fuere de seiscientos pies de largo, y cuatrocientos de ancho: de la plaza salgan **cuatro calles principales**, una por medio de cada costado; y además de estas, dos por cada esquina: las cuatro esquinas miren a los cuatro vientos principales, porque saliendo así las calles de la plaza no estarán expuestas a los cuatro vientos, que será mucho inconveniente: todo en contorno, y las cuatro calles principales, que de ella han de salir, tengan portales para comodidad de los tratantes, que suelen concurrir; y las **ocho calles** que saldrán **por las cuatro esquinas**, salgan libres, sin encontrarse en los portales, de forma que hagan la acera derecha con la plaza y calle. (SANTOS, 2001, p. 45) (grifo nosso)

Progredindo na sistematização de Hardoy (1983), temos em seguida o modelo regular, que era semelhante ao modelo clássico, porém seu traçado e disposição não dispunham da mesma rigidez. Foi muito empregado previamente à definição do modelo clássico e usualmente apresentava duas praças principais, ainda que

com funções distintas, uma voltada para atividades civis e eclesiásticas e outra para questões comerciais. Suas variações incluem além do modelo com praça central, exemplares com praça excêntrica e com duas praças – regulares ou excêntricas.

O modelo irregular é muito comum em centros que cresceram espontaneamente, mormente assentamentos mineiros e portos. Não obstante, o modelo linear se encontra disperso em toda área de colonização que possuía povoados de desenvolvimento espontâneo construídos ao longo de caminhos que interligavam outros arraiais e aldeias indígenas. O modelo radial raramente fora aplicado, sendo que nenhuma cidade de importância foi construída de acordo com seus preceitos. Finalmente, os assentamentos sem esquema definidos não se ajustavam a formas pré-definidas e, em alguns casos, houve uma tendência de introduzir certa regularidade – como no modelo linear – no traçado ao longo das décadas.

A localização e a função dos assentamentos teriam sido os fatores mais relevantes no desempenho da legislação castelhana que orientava o traçado e estrutura interna das cidades. Ademais, Jorge Hardoy acredita que a implantação do modelo clássico ocorreu não como uma ideia transplantada da Europa mas, na verdade, como o resultado de um processo progressivo de aperfeiçoamento de conceitos independentes (HARDOY, 1983).

Fundada no alvorecer do íterim da união peninsular, acredita-se que São Cristóvão teria sido composta como uma política deliberada do tempo dos Filipes. Assentada na presunção da defesa do território frente à temerária onipresença dos franceses, a administração castelhana traçou e executou a fundação de vilas e cidades e o avanço para o Norte e Nordeste. Salienta-se ainda que nomeadamente em São Luís e Belém também houve uma forte influência castelhana de traçado linear, que no século seguinte se acentuaria em povoados voltados para a exploração aurífera de Minas Gerais e Mato Grosso.

Contudo, com base na classificação apresentada por Jorge Hardoy sobre a urbanização colonial espanhola, pode-se afirmar que a Praça São Francisco não se enquadra dentro do modelo clássico de urbanização espanhola descrito no dossiê de candidatura e no documento de nomeação por alguns motivos. Dentre eles, deve-se mencionar que o assentamento de São Cristóvão não começa do complexo Praça e Convento de São Francisco, mas na realidade tem seu início a partir da Igreja da Matriz e da Praça da Matriz – hoje conhecida como Praça Getúlio Vargas. Em segundo a Praça São Francisco possui forma trapezoide, pois apresenta um quadrilátero com dois lados paralelos desiguais, ou seja, não possuem a mesma medida em ambos os lados de sua composição. Por este motivo, também não apresenta as proporções adequadas dispostas nas Ordenações Filipinas e nas Leis das Índias. Por último, não existem quatro ruas principais e quatro secundárias com origem nas esquinas da Praça. Na realidade, existem sete ruas que partem da Praça São Francisco,

sendo que duas delas tem seu início no meio deste largo e não em suas esquinas.

A despeito de não se enquadrar dentro do modelo clássico de urbanização espanhola, há a possibilidade de São Cristóvão se encaixar na descrição dos modelos com praça excêntrica ou com duas praças. Por outro lado, obrigamo-nos a alçar que a construção narrativa é corolária aos processos de tombamento e inscrição de bens patrimoniais.

Neste momento impõe-se um abreviado adendo. A partir destas constatações, paira no ar uma dúvida. Ao negar um dos argumentos cardeais para a inscrição da Praça São Francisco, não estamos litigando pela perda do título de patrimônio mundial. Contudo, reivindicam-se que sejam ativadas outras memórias do lugar – alicerçadas no passado da cidade – que possam surtir o efeito integrador, além de estimular o diálogo. Ao esgueirar-se de imposições institucionais, todo este processo pode resultar na valorização do indivíduo, no reconhecimento da mestiçagem e, por fim, na manifestação de lugares de encontro mais democráticos.

Alicerçado no tripé assinalado, segue a justificativa de que: em primeiro lugar, deve-se valorizar e ativar memórias condizentes com o passado tanto da parte alta de São Cristóvão como da cidade baixa, pois há na população citadina um sentimento de desvalorização e falta de legitimação no que é apresentado como patrimônio oficial; segundo, o reconhecimento da mestiçagem e de elementos da história mais recente da cidade podem servir como um elo que viria a coadjuvar para a valorização e participação ativa na vida pública do município; enfim, os resultados esperados da devida participação popular seria o afloramento de espaços públicos mais democráticos, que contem com a cooperação dos habitantes na sua transformação, manutenção e fiscalização.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se analisar no presente trabalho o itinerário percorrido na produção do patrimônio e da paisagem em São Cristóvão. Nesse sentido, a partir de algumas incoerências encontradas entre os documentos que levaram à inscrição da Praça São Francisco e a literatura abordada, destacaram-se algumas questões a respeito da influência da urbanização espanhola, que devem ser revisadas pelas instituições responsáveis. Sobretudo, no que tange a definição da praça enquanto uma *plaza mayor*, fundamentada na literatura encontrada, suporta-se que a mesma não possui as características “tradicionais” em seu formato e disposição.

Ressalta-se ainda que os percalços encontrados na construção narrativa do patrimônio são fruto da institucionalização do mesmo, fato que não se restringe ao caso de São Cristóvão. Entende-se que o caráter presente na paisagem patrimonial da cidade, possui diversas ressonâncias existências e simbólicas, que podem ser

refletidas também nas formas de apropriação deste patrimônio pela população local.

Alicerçada em suas características multidimensionais e na perspectiva de abertura à um modelo de reflexão, a paisagem deve servir não somente como uma categoria de pensamento utilizado na academia, mas também como uma ferramenta que auxilie na transposição das barreiras encontradas pelas instituições responsáveis pelo patrimônio. A paisagem de São Cristóvão é configurada por agentes naturais e humanos numa ação recíproca em que se revelam elementos naturais e culturais. Assim sendo, a conduta destas instituições deve ser no sentido de fazer com que a população local não perca a identificação que possui com sua paisagem e patrimônio.

REFERÊNCIAS

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. Trad. Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dossiê Caminhos da história da urbanização no Brasil-Colônia. Introdução. **Anais do Museu Paulista** (Impresso), v. 20, p. 11-40, 2012,

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Trad. Fernando V. Pinto. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997.

DURÁN ROCCA, Luisa. **A CIDADE COLONIAL IBERO-AMERICANA: A Malha Urbana**. 2002. 280 p. Dissertação (Mestrado em Teoria, História e Crítica da Arquitetura). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. Petrópolis: Vozes/Governo do Estado de Sergipe, 1977.

GOVERNO DE SERGIPE. **Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial**. Anexo I e II. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra- Estrutura; IPHAN; Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2006.

HARDOY, Jorge. La Forma de Las Ciudades Coloniales en La América Española. In: SOLANO, Francisco (coord.). **Estudios Sobre La Ciudad Iberoamericana**. 2ª ed. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983, p. 9-53.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MORSE, Richard. Introducción a La Historia Urbana de Hispanoamérica. In: SOLANO, Francisco (coord.). **Estudios Sobre La Ciudad Iberoamericana**. 2ª ed. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983, p. 9-53.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pioneira, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Sobre o livro “Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial”. **Anais do Seminário da História da Cidade e do Urbanismo**, v. 6, n. 3. 2000b.

SANTOS, Ricardo Evaristo. **El Brasil Filipino: 60 años de presencia española en Brasil – 1580-1640**.

Madri: Editora MAPFRE, 1993.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de Cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001, p. 45.

SMITH, Robert C. The arts in Brazil: baroque architecture. In: LIVERMORE, H. V. (ed.). **Portugal and Brazil: an introduction**. Oxford: Clarendon Press, 1953, p. 359-384.

SMITH, Robert C. Colonial towns of Spanish and Portuguese America. **Journal of the Society of Architectural Historians**. Volume XIV, N° 4, 1956.

UNESCO. **Examination of nomination of natural, mixed and cultural properties to the World Heritage List - São Francisco Square in São Cristóvão (BRAZIL)**, 2008.

WRIGHT, Antônia Fernanda e MELLO, Astrogildo Rodrigues de. O Brasil no período dos Filipes. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira. A Época Colonial**, v.1 – Do Descobrimento a Expansão Territorial. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. 1972, p.176-189.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambientes virtuais 82, 84, 85, 86, 89, 96, 97

Aptidão física 252, 253, 254, 255, 257, 260, 261

Arte 63, 124, 128, 129, 130, 132, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 180, 229

C

Celebrações 157, 213, 218

Cidadania 52, 53, 54, 56, 57, 58, 88, 113

Conhecimento 17, 18, 23, 27, 32, 33, 38, 49, 52, 53, 61, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 83, 84, 85, 87, 88, 95, 96, 99, 103, 111, 116, 118, 121, 123, 125, 126, 127, 136, 139, 164, 197, 199, 213, 256, 260, 263, 265, 266, 267, 269, 271, 278, 279, 283, 284, 285, 287

Cooperação 76, 78, 79, 118, 194, 195, 196, 198, 199, 203, 208, 236, 280

Cultura 2, 18, 19, 21, 34, 35, 39, 49, 55, 58, 59, 63, 64, 69, 77, 81, 124, 132, 136, 138, 140, 141, 142, 150, 158, 161, 178, 193, 212, 214, 216, 221, 224, 225, 228, 231, 251, 257, 263, 265, 267, 268, 271, 273, 275, 279, 280, 303

D

Direitos humanos 36, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 161

E

Educação 1, 2, 3, 4, 6, 9, 10, 15, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 51, 56, 57, 58, 59, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 97, 98, 99, 111, 113, 114, 115, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 138, 141, 142, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 177, 178, 197, 200, 203, 204, 208, 210, 221, 226, 260, 261, 265, 268, 269, 270, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 294, 303, 304

Ensino colaborativo 111, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123

Espacialidade 268, 289, 291, 299

F

Formação docente 1, 2, 15

G

Gestão escolar 34

H

Historiografia da mídia 124

I

Interdisciplinaridade 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 139

K

Kant 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70

M

Meio ambiente 153, 165, 172, 175, 194, 197, 201, 202, 203, 204, 207, 210, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 249, 250, 251

Museologia 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 186

N

Narrativa 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 236, 269

Natureza 18, 21, 34, 35, 38, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 86, 89, 97, 109, 115, 150, 161, 200, 201, 208, 239, 244

P

Paisagem cultural 144, 145, 149, 154

Patrimônio 65, 153, 155, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 179, 186, 226, 227, 228, 231, 236, 237, 246, 247, 250, 268, 269, 272, 275

Pesquisa 6, 9, 10, 12, 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 27, 29, 32, 34, 35, 43, 44, 51, 58, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 88, 89, 98, 111, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 137, 139, 141, 157, 158, 163, 164, 165, 181, 182, 194, 196, 199, 201, 202, 208, 209, 213, 214, 218, 225, 240, 252, 254, 268, 269, 271, 273, 274, 278, 283, 285, 289, 291, 297, 302, 303

Práticas 1, 2, 26, 27, 29, 30, 38, 39, 42, 69, 75, 81, 111, 115, 118, 119, 121, 137, 139, 140, 144, 161, 166, 175, 182, 195, 207, 221, 224, 241, 273

R

Radiação ionizante 187, 188, 189, 190, 193

Realidade 8, 20, 23, 26, 27, 32, 35, 36, 45, 65, 88, 96, 115, 116, 137, 140, 221, 223, 227, 235, 252, 255, 263, 264, 265, 266, 269, 271, 278, 279, 280, 289, 292, 295, 298, 299

Relações de gênero 211, 221, 225

Robótica 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33

T

Trajes 179, 180, 182, 183, 184

 **Atena**
Editora

2 0 2 0